

Sobre a Prova Brasil e o Ideb

Até hoje as escolas privadas tiveram o resultado de seu trabalho exposto, considerando-se seu desempenho no Enem. A estratégia de, a partir do desempenho do aluno, inferir uma suposta qualidade do ensino e do trabalho de uma determinada instituição é improvável tecnicamente inconsistente. O Enem se limita a medir o desempenho discente ao final do curso, sem considerar a trajetória do estudante nem as variáveis socioeconômicas, portanto não capta o valor agregado pela escolaridade.

Diferente disso, a Prova Brasil é exame que pode ser aplicado em diferentes momentos da trajetória escolar, concebido para captar a evolução do desempenho de uma mesma coorte de alunos ao longo do tempo. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) não espelha apenas o desempenho dos alunos no exame: ele articula essa nota

com informações e índices outros, extraídos do Censo Escolar. Ao cruzá-los, chega bem mais perto do que se pode considerar valor agregado ao aluno por seu processo de escolarização.

Como todo índice, ele não é neutro, e tem determinados pressupostos implícitos. A ideia é identificar o mérito da escola que de fato agregue valor e traga impacto efetivo à trajetória e à perspectiva de vida dos estudantes. No caso, parte-se do pressuposto de que a boa escola é a que ensina, na qual os alunos aprendem e passam de ano, são promovidos. O que nem sempre se confunde com aquelas escolas tradicionalmente no topo dos rankings, geralmente frequentadas por alunos egressos de meio social culturalmente privilegiado. Nessa lógica, escolas cujos resultados de excelência sejam obtidos por altos índices de reprovação tenderão a ter seus números no Ideb prejudicados.

Portanto, o Ideb é estruturalmente concebido a partir de um determinado viés e uma intencionalidade, um partido tomado *a priori*. Ao partir desse princípio e generalizá-lo para a avaliação de todas as escolas do País, o avaliador pressupõe, ou pretende, que essa perspectiva seja universal e igualmente válida para todas as escolas, à revelia de suas identidades e projetos pedagógicos.

Mesmo assim, cabe reconhecer que essa metodologia é de fato mais consistente e conta com considerável respaldo técnico. Diferente do improvisado até hoje feito a partir dos resultados do Enem, estamos agora diante de um índice e de um exame estruturado para empreender avaliações da qualidade dos estabelecimentos. De fato, o Ideb chega perto de identificar o valor agregado pela escola.

Ao longo de 11 anos, sucessivas gestões à frente do Inep empenharam-se em desenvolver essa metodologia, levando o MEC a endossar a consistência desses índices e resultados. Ao que tudo indica, os rankings que vierem contarão com esse tipo de respaldo. Avaliações como essas serão cada vez mais determinantes para a imagem da escola privada, talvez nem tanto pelos índices divulgados, mas sobretudo por sua atitude e discurso. Qualquer objeção será percebida como reação ou reatividade de quem lamenta ver seus resultados expostos. A atitude da escola privada não deve ser confundida com mera reatividade. Convém que a escola particular se mostre empenhada em extrair dessa avaliação um uso que, de fato, contribua para o contínuo aperfeiçoamento da qualidade do trabalho que ela já faz.

Podemos dar um passo adiante e convocar o avaliador a ter, também ele, desempenho de fato à altura da empreitada a que se propôs. As dimensões continentais de um país como o Brasil fazem com que avaliações em larga escala, de abrangência nacional, sejam

empreitadas especialmente ambiciosas, que envolvem e consomem importantes recursos da sociedade. É atribuição do avaliador cuidar para o investimento ter uso pertinente. A legitimidade de uma avaliação decorre de serem observadas algumas dimensões que devem ser asseguradas pelo avaliador, e pelas quais ele responde. Vejamos:

- **Avaliações devem ser viáveis.** A viabilidade decorre, em larga medida, de aspectos logísticos, de recursos que consomem e de tempo necessário para consolidar resultados, dados e microdados.
- **Avaliações devem ser tecnicamente exatas e precisas.** Convém que sejam eficazes ao investigar e apurar os aspectos a que se propõem.
- **Avaliações devem ser éticas.** Isso implica respeito e cuidado com todos os atores envolvidos. Se o que se avalia é o trabalho das escolas, convém que elas sejam tratadas como o principal destinatário das informações. Elas não devem ser reduzidas a mero objeto da avaliação empreendida. Não faz sentido que se conceda à imprensa acesso a informações privilegiadas. As escolas reivindicam o papel que lhes cabe como principais destinatárias das informações apuradas.
- **Avaliações devem ser úteis.** A legitimidade de uma avaliação decorre da utilidade de seus resultados. O investimento feito pela sociedade se justifica na medida em que as informações apuradas apontem elementos fortes e aspectos a serem aperfeiçoados, sugerindo de forma precisa os ajustes a serem feitos em cada uma das escolas. É importante que essas informações cheguem às escolas tratadas de forma acessível e clara, a tempo de serem consideradas para o planejamento do ano letivo seguinte.

A observação simultânea das exigências listadas caracteriza a legitimidade de uma avaliação. Há, em cada escola do País, professores sérios, engajados, e gestores empenhados em fazer seus alunos avançarem. O interesse nacional é de elevar a qualidade do ensino, de ver valorizada a atuação docente e de despertar na população brasileira a confiança em nosso sistema educacional. A ninguém interessa deprimir professores nem semear desconfiança em relação ao trabalho que fazem.

No entanto, a divulgação dessa mais recente edição do exame vem acompanhada de comentários segundo os quais o preocupante não é apenas o retrato do momento, mas a sequência de resultados monitorados pelo MEC, ao longo de diferentes edições do exame, registrando a educação brasileira ora avançando em marcha lenta, ora estagnada, ou mesmo retrocedendo.

Da experiência acumulada ao longo das sucessivas edições do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), já se pode inferir algumas conclusões. Dentre elas, a de que a simples reiteração de índices gerais e a mera constatação de uma realidade preocupante não tem sido suficiente para promover sua superação.

A melhoria da qualidade do ensino virá na medida em que o avaliador passe a assegurar aos professores de cada escola um retorno que lhes permita a formulação de diagnósticos mais detalhados, que sugiram ajustes e apontem com precisão as correções de rumo necessárias ao trabalho que já fazem. Nesse sentido, convém pontuar:

- Médias gerais prestam-se a rankings, mas não apontam nenhuma informação relevante que aprimore práticas docentes.

“ (...) as dimensões geográficas do Brasil trazem grandes desafios para avaliações de abrangência nacional. A simples publicação de índices pode apenas gerar rankings e comparações gerais ”

- A divulgação da distribuição dos resultados por faixa de desempenho é um avanço apenas parcial, é informação ainda vaga, imprecisa. Saber quantos de seus alunos encontram-se abaixo do nível de desempenho esperado é insuficiente. Não indica ao professor que providências devem ser tomadas, nem permite que as escolas infiram que ajustes poderiam ser feitos.

- A informação realmente importante, e que pode ajudar as escolas no aprimoramento de seu trabalho, implica a devolução, para cada escola, de como se saiu o conjunto de seus alunos em cada uma das questões da prova. O que importa é as escolas saberem onde seus alunos erraram e o que lhes falta aprender, que aspectos, conteúdos ou competências precisam ser cuidados e reforçados.



É responsabilidade do avaliador fazer com que cada escola participante do exame receba essas informações de forma clara e tratada – compreensível, detalhada e completa, a tempo de serem consideradas para o planejamento do ano letivo seguinte, para que as escolas promovam os ajustes necessários para a superação das dificuldades.

Qualquer limitação no que se refere à utilidade e à relevância das informações apuradas pode ser indício de inviabilidade do empreendimento. A impossibilidade de se atender a essas exigências põe em questão a eficácia da avaliação. Se não houver utilidade, o investimento não se justifica: a avaliação passa a ter sua legitimidade questionada.

É louvável o empenho do Inep em desenvolver um sistema de avaliação que induza as escolas do País a aprimorarem suas práticas. De fato, as dimensões geo-

gráficas do Brasil trazem grandes desafios para avaliações de abrangência nacional. A simples publicação de índices pode apenas gerar rankings e comparações gerais. São constatações necessárias, mas, como se tem visto, ainda superficiais e pouco efetivas para a superação da realidade.

Eventuais dificuldades técnicas ou limitações logísticas do avaliador não revogam o fato incontornável de que as informações realmente relevantes para melhorar a qualidade do ensino são de outra ordem. É compromisso do avaliador assegurar a cada escola do País acesso às informações necessárias, completas, em tempo hábil para o planejamento do ano letivo seguinte. Nenhuma limitação técnica o desonera desse dever incontornável e necessário para que o grande investimento feito pelo País se justifique. Afinal, assim como as escolas, os avaliadores também têm contas a prestar à sociedade. ■